

Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas*

José Marcos Pinto da Cunha**

Esse artigo analisa, para uma grande aglomeração urbana, a complexidade da dinâmica migratória. Esta complexidade se revela nas diferentes modalidades de movimentos populacionais e nas características dos indivíduos envolvidos nestes deslocamentos, assim como nos elementos estruturais que os condicionam. Baseado em dados de uma pesquisa domiciliar para a Região Metropolitana de Campinas – RMC, realizada em 2007, e nos dados do Censo Demográfico de 2010, esse estudo analisa os aspectos da mobilidade residencial (e dos indivíduos envolvidos) em várias de suas facetas, especialmente em termos das características e motivações dos atores envolvidos. Mesmo com a redução da migração externa na região, pode-se notar um significativo potencial endógeno de redistribuição da população em função de sua mobilidade dentro da RMC, muito embora, diferentemente de outras regiões metropolitanas, na de Campinas ainda se verifique que a migração externa, em grande medida, se direciona diretamente para a periferia. A análise de características demográficas e socioeconômicas dos que se movem (e não se movem) sugere a existência de coerência entre o que se esperaria observar para uma migração condicionada pelo fator econômico e o posicionamento da RMC no cenário nacional e estadual, assim como pelo processo de produção do seu espaço habitado. A seletividade dos migrantes, em geral, e dos intrametropolitanos, em particular, sugere motivações diferenciadas, das quais, embora ainda não dominante, a questão habitacional se mostra relevante. O estudo também indica que, diferentemente do que ocorria no passado, a periferia metropolitana está se diversificando e incorporando cada vez mais indivíduos e família de mais alta renda.

Palavras-chaves: Migração interna. Migração intrametropolitana. Metropolização. Mobilidade residencial. Motivos da migração. Característica da migração. Região Metropolitana de Campinas.

* Este trabalho foi elaborado como parte das atividades de um projeto temático financiado pela Fapesp.

** Núcleo de Estudo de População (Nepo), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil (zemarkos@nepo.unicamp.br).

Introdução

O processo de produção, expansão e consolidação das grandes aglomerações urbanas no Brasil tem sido estudado e analisado a partir das mais diferentes perspectivas, sendo uma delas, obviamente, a demográfica, com especial ênfase na dimensão migratória.

De fato, em função das tendências históricas da população no Brasil, em particular nas últimas décadas, o crescimento e concentração da área urbana e a migração poderiam ser considerados fenômenos intrinsecamente relacionados, mesmo nos dias de hoje quando certas evidências levam alguns autores a apostarem em processos de interiorização que reduziriam a “preferência” das metrópoles no processo migratório. Na verdade, embora isso seja uma realidade e talvez uma das novidades da dinâmica demográfica brasileira nas últimas três décadas, ainda estamos longe de um real processo de desconcentração desde as grandes aglomerações urbanas (CUNHA, 2015).

Um dos aspectos que este trabalho tenta demonstrar é que, independentemente do que esteja ocorrendo com a migração inter-regional e, em especial, a interestadual, a dinâmica migratória de uma grande aglomeração urbana é muito mais complexa em suas características para pretender entendê-la apenas a partir do que acontece com a migração de origem externa. Nesse sentido, uma das primeiras questões a ser investigada nesse estudo diz respeito ao impacto que a redução de migração externa (leia-se interestadual e inter-regional) teve sobre o processo de expansão metropolitana. Como será sustentado nesse artigo, independentemente do que tem ocorrido com a migração externa, as regiões metropolitanas, em geral, e a RM de Campinas, em particular, apresentam significativa capacidade endógena de crescimento em função da potencial redistribuição espacial interna de sua população.

Para além da análise da migração a respeito do seu impacto no crescimento demográfico regional e do papel das distintas modalidades, é central também que se conheçam as especificidades do fenômeno em termos dos atores envolvidos, suas características e motivações. Assim, embora a natureza demográfica desse artigo leve a focar a atenção no conhecimento do fenômeno migratório, pretende-se, a partir da consideração de suas especificidades, refletir sobre os condicionantes desses movimentos migratórios, bem como alguns de seus impactos e consequências.

Nesse sentido, o presente artigo se desenvolve a partir de algumas perguntas básicas: a migração ainda teria impacto significativo sobre o processo de crescimento e expansão de nossas regiões metropolitanas, em especial na de Campinas? Qual o papel das distintas modalidades de migração em termos das origens dos movimentos? Haveria diferença entre estas modalidades no que se refere às características dos indivíduos (ou famílias) envolvidos? Como interpretar tais diferenças à luz do processo de produção do espaço metropolitano? Finalmente, o que pode ser dito em termos das motivações da migração registrada na RMC e como elas poderiam se diferenciar em termos das modalidades migratórias?

Com base em dados de uma pesquisa domiciliar de 2007, que permitem observar a mobilidade espacial da população segundo distintos recortes espaciais e, sempre que possível, corroborados pelas informações do Censo Demográfico de 2010, esse estudo visa analisar e interpretar as características da mobilidade espacial da população em várias de suas facetas em uma importante região metropolitana brasileira, a RM de Campinas. Como será visto, esta região apresenta especificidades que permitem interessantes reflexões sobre o comportamento da migração e seus impactos socioespaciais, possibilitando avanços na compreensão não apenas mais geral do fenômeno, mas sobretudo da dinâmica demográfica de nossas grandes aglomerações urbanas e suas consequências.

Processo de metropolização e mobilidade espacial da população

O processo recente de urbanização no Brasil, em geral, e o da metropolização, em particular, inserem-se em um contexto de grandes transformações da sociedade e da economia, assim como de suas inter-relações que, entre outros aspectos, passam por mudanças não menos relevantes no processo de constituição do mercado de trabalho e de terras.

Não há dúvidas que tais mudanças implicaram o surgimento de novas formas urbanas e, do ponto de vista demográfico, o arrefecimento do crescimento demográfico e da migração, mas, por outro lado, também não se pode negar que a dinâmica metropolitana ainda adquire grande relevância para se compreender o processo de redistribuição espacial da população nas mais diversas escalas espaciais.

Em estudo anterior que tratava das características da urbanização na América Latina (CUNHA, 2002), mostrou-se a existência de um amplo e complexo debate sobre a desconcentração regional, no entanto, considera-se que tal fenômeno tem alcance muito limitado tanto especial como economicamente, devendo ser, portanto, relativizado. Ponto de vista semelhante é defendido em uma análise para a RM de São Paulo (CUNHA, 2015). Considere-se também que tal argumento encontra respaldo em estudos como os de Lencioni (2015), Davidovich (2004) e Champion (1998), para a Europa, Gottdiener (1993) e Frey (2006), para os EUA, assim como em Lattes (1998) e Rodriguez e Busso (2009), para a América Latina

Assim, embora seja inegável que essas áreas tenham deixado, ao menos até a década de 2000,¹ de apresentar intensidades elevadas de migração, em especial a de caráter interestadual (SILVA, 2013; BAENINGER, 2012), não há dúvidas de que, com o “fechamento” gradual (mas intenso) das fronteiras agrícolas e, portanto, a redução das possibilidades de interiorização da população brasileira, o fenômeno metropolitano – ou, de forma mais geral, das grandes aglomerações urbanas – seguirá sendo a grande questão a ser considerada quando se trata do processo de redistribuição espacial da população nacional.

¹ Pode-se pensar na hipótese de que a recuperação do mercado de trabalho ao longo dos anos 2000, especialmente das maiores RMs do país, possa implicar uma reversão dessa tendência, muito embora dificilmente com as mesmas intensidades de décadas passadas.

Nesta perspectiva é importante enfatizar os estudos sobre as formações metropolitanas, em particular, aquelas mais recente para as quais ainda se conhece pouco, como é o caso da RM de Campinas. Em particular no que se refere à dinâmica demográfica, estas novas aglomerações tendem a reproduzir algumas tendências das RMs mais consolidadas (expansão territorial, por exemplo), embora não necessariamente com as mesmas características e feições.

Assim, mesmo levando em conta as diferenças em termos de porte e importância econômica, social e política destas áreas – o que certamente faz variar a complexidade dos processos –, é relevante notar que, em função do que poderia ser chamado de “potencial endógeno” de crescimento das grandes aglomerações urbanas no país, fruto de seus elevados contingentes demográficos, mesmo com taxas de crescimento demográfico e de migração externa baixas, ainda haverá muito que se considerar no que se refere à mobilidade residencial interna e, claro, às suas causas e consequências.

O entendimento do processo de expansão socioterritorial das RMs e, particularmente, de uma de suas principais expressões, a segregação socioespacial,² passa por uma compreensão de aspectos como a formação do preço do solo urbano e a consequente geração de renda fundiária urbana. Nesse sentido, como mostra Caiado (2002), não apenas o livro de Gottdiener (1993), mas também vários outros autores brasileiros ajudam a melhor compreender estas questões e como elas se apresentam no caso do país (KOWARICK, 1979; BONDUKI; ROLNIK, 1979; RIBEIRO; LAGO, 1994; SANTOS, 2005; MARICATO, 1996; RIBEIRO, 1996, entre outros).

Analisar este fenômeno a partir de suas tendências e características como resposta aos incentivos e constrangimentos (CUNHA, 1994; NAKANO, 2015; DOTA, 2015) observados no âmbito urbano pelo processo de produção do espaço seria um caminho interessante a seguir, sobretudo quando se considera que a mobilidade residencial é uma das faces demográficas dos processos estruturais mencionados.

Em termos dos processos que criariam tais incentivos ou constrangimentos, grosso modo, poder-se-ia assumir que estes se traduziriam em duas grandes questões: a primeira, ligada ao mercado de terra, envolveria principalmente o processo de apropriação do solo urbano e da produção e distribuição das unidades habitacionais; a segunda, atrelada ao mercado de trabalho, diria respeito não apenas à maneira como as oportunidades econômicas são distribuídas no espaço regional, mas também à existência de importantes descompassos entre localização das atividades e o espaço habitado.

² Consideramos que “residential segregation is the degree to which two or more groups live separately from one another, in different parts of the urban environment” (MASSEY; DENTON, 1988, p. 282). Assim, as análises aqui realizadas mostrarão que a mobilidade espacial da população reforça esse processo como, aliás, foi feito com maior grau de detalhamento em outros estudos (CUNHA; JIMENEZ, 2006; JAKOB; CUNHA; YOUNG, 2006).

Nessa mesma linha de argumentação, Nakano (2015, p. 184), resgatando a noção de localização apresentada por Villaça (1998),³ indica de forma muito apropriada que as localizações produzidas no espaço intraurbano relacionar-se-iam com a estrutura de incentivos e constrangimentos “de duas maneiras diferentes: de um lado, essa relação se baseia no funcionamento de diferentes segmentos do mercado de terras, tanto formais quanto informais, e, de outro lado, determinam a espacialização do mercado de trabalho a partir dos padrões de uso do solo”.

Assim, conjuntos habitacionais e/ou loteamentos populares, ocupações, favelas e cortiços, de um lado, e grandes e luxuosos condomínios fechados (horizontais ou verticais) e a elitização de certas áreas da cidade, de outro, são expressões aparentemente contraditórias da estruturação urbana, mas na verdade, como nos lembra Bourdieu (2003), reificam a estratificação social existente em nossa sociedade.

A localização das atividades econômicas teria também impacto decisivo sobre a forma urbana, influenciando sua expansão, sua diferenciação socioespacial e, portanto, a mobilidade da população. De fato, em seu trabalho, Dota (2015) não deixa dúvidas de que a localização da atividade produtiva teve impacto importante na configuração socioespacial da RMC e na atração de pessoas para os municípios que se beneficiaram da forma como a atividade produtiva se distribuía na região. Como se verá, certas especificidades da RM de Campinas contribuem, por exemplo, para a maior importância da questão “trabalho” como motivo da mobilidade residencial.

Assim, pode-se esperar que os movimentos populacionais, especialmente os intraurbanos,⁴ ao responderem em maior ou menor medida a cada uma destas classes de condicionantes sejam por elas moldados ou influenciados em suas características tanto quantitativas – volumes, fluxos e intensidades – como qualitativas – perfis sociodemográficos e motivações.

Elementos demográficos – como os momentos do ciclo vital, a composição familiar e a idade dos indivíduos –, e características socioeconômicas dessas pessoas seriam importantes incentivadores ou mesmo motivos de constrangimentos para a mudança de localização (SABAGH; ARSDOL JR.; BUTLER, 1969; SIMMONS, 1968; CUNHA, 1994; COURGEAU; LELIÈVE, 2006; DOTA, 2015).

³ Para Villaça (1998, p. 23), a noção de localização está atrelada à ideia de espaço determinado pelos locais onde os objetos são produzidos e consumidos. Vale lembrar ainda, como faz Nakano (2015, p. 183), que a “localização urbana se caracteriza também por ser produto do trabalho e investimentos sociais”.

⁴ Sobrino (2007) os denomina de “mobilidade residencial” para diferenciá-los daqueles de mais longa distância, os quais ele qualifica de “migração”. Tal diferenciação traz a ideia de que os condicionantes de cada tipo de mobilidade espacial têm condicionantes distintos. Por considerá-la eloquente, passamos a adotar a mesma denominação, muito embora possa-se argumentar que, do ponto de vista puramente demográfico, a mudança residencial (portanto, componente do crescimento e dinâmica demográficos), seja ela de que natureza for, não poderia ser classificada a não ser como migração.

Como mostra Dota (2015, p. 36), Courgeau e Lelièvre, em um instigante estudo, [...] entendem que as razões que colocam o indivíduo em movimento, assim como as que o fazem permanecer só podem ser compreendidas “when related to their past experience and presente circumstances in the domain of family, work, and so on” (Courgeau e Lelièvre, 2006, p. 345, apud Dota, 2015), e que os mesmos fatores apresentam pesos distintos em cada momento da vida, não permitindo assim uma análise linear das tomadas de decisões

Baseando-se nestas proposições, algumas questões poderiam ser investigadas: que indivíduos (ou grupo de indivíduos) seriam mais suscetíveis a experimentar as distintas modalidades de migração? Considerando os contextos socioespaciais de destino dos migrantes, poder-se-ia dizer que os perfis desses indivíduos sugeririam a existência de distintos condicionantes para estes movimentos? Com base em estudos anteriores (CUNHA, 1994; LAGO, 2000; JAKOB, 2003; CAIADO, 2006), a hipótese é de que a assertiva para essa pergunta não apenas é verdadeira, como também ganha especificidades no caso da RMC, tendo em vista a importância da migração de longa distância sobre o crescimento das periferias tradicionais e a força que as chamadas “novas periferias”⁵ têm sobre o processo mais recente de expansão territorial da região.

Além disso, pode-se colocar outras perguntas de interesse: quais as tendências, em termos espaciais, da expansão demográfica da RMC? Como tais tendências podem ser compreendidas à luz da diferenciação socioespacial da região? Quanto aos movimentos populacionais, quais modalidades predominariam no processo de expansão territorial da região? Como compreender estes resultados? Finalmente, quem são estes migrantes e como interpretar suas características à luz dos condicionantes da mobilidade residencial dentro da região?

Por fim, uma última questão que os dados disponíveis permitem investigar, ainda que de forma preliminar, diz respeito à indagação sobre os possíveis impactos que a trajetória migratória do indivíduo tem sobre sua qualidade de vida na metrópole. Considerando que a migração pode afetar a vida das pessoas em função das mudanças experimentadas – espaciais, sociais, etc. –, parte-se do pressuposto de que a “experiência” na metrópole implicaria vantagens para os intrametropolitanos não apenas pelas informações que já dispõem sobre a áreas, mas também pelas redes estabelecidas (CUNHA; CUNHA; JAKOB, 2013) e, por que não, pelo maior tempo de residência com relação ao migrante externo. Acredita-se que alguns dos dados analisados sugerem que a relação entre mobilidade espacial e vulnerabilidade social (CUNHA, 2011) existe e pode espelhar algumas vantagens por parte do migrante intrametropolitano, em especial aquele de baixa renda.

⁵ Esta denominação é inspirada no livro organizado por Heloisa Soares de Moura Costa et al. (2006), em que é analisado, entre outras questões, o movimento da população de alta renda para estas áreas da região.

Questões técnicas e metodológicas

A presente análise baseia-se nas informações provenientes de uma pesquisa domiciliar realizada em 1.824 domicílios da RM de Campinas, a partir de uma amostra estratificada⁶ segundo condição de vulnerabilidade, levando em conta, portanto, não apenas as condições socioeconômicas, mas também o acesso a redes de proteção social tanto familiar como pública (CUNHA et al., 2006a).

Os dados sobre migração foram obtidos para todos os indivíduos do domicílio e abrangeram lugar de residência prévia, tempo de residência (no município e bairro), além de quantidade de mudanças realizadas. Assim, é possível obter um conjunto de informações sobre a mobilidade não apenas do indivíduo que chega à região, mas também do nativo que se deslocou, por exemplo, no interior do seu próprio município de nascimento, ampliando as possibilidades de análise para além dos Censos Demográficos.

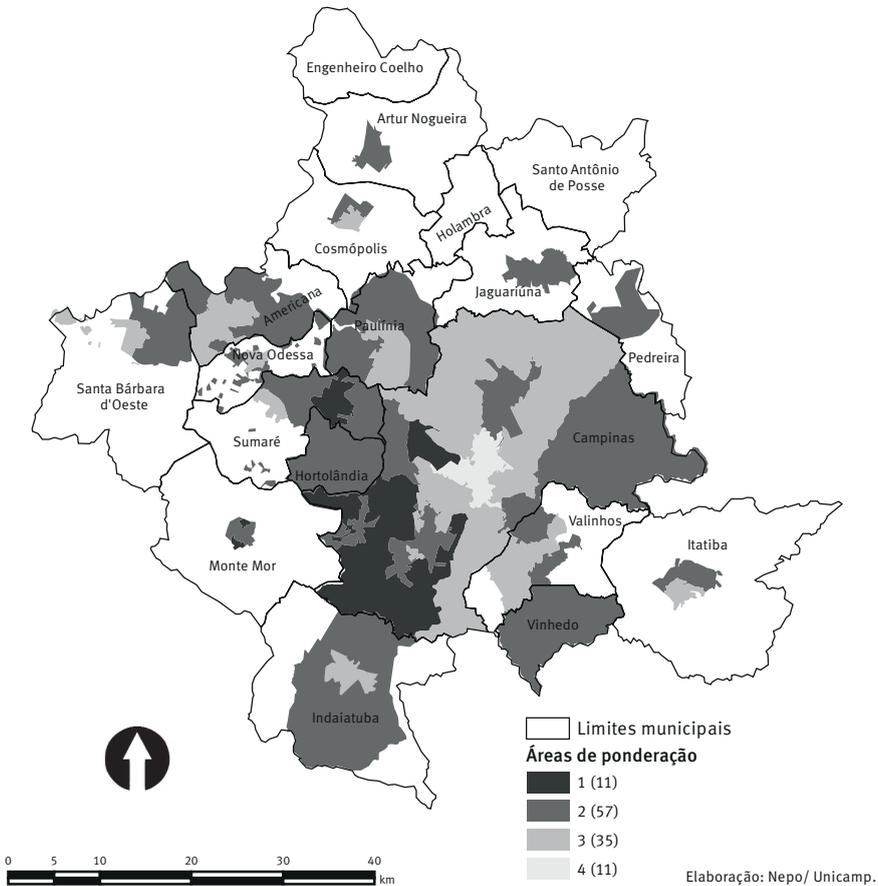
Visando tal objetivo, esse trabalho utiliza pelo menos dois recortes importantes: o primeiro pretende expressar a diversidade socioespacial; e o segundo procura mostrar as formas de mobilidade identificadas na região. Para o primeiro caso, serão utilizadas as chamadas “zonas de vulnerabilidade” (ZVs), cuja construção permitiu operacionalizar o conceito de vulnerabilidade a partir de uma perspectiva ecológica, servindo de elemento de estratificação para a amostra realizada.

Com base em indicadores relativos a condições materiais (capital físico), educação (capital humano), composição familiar e acesso a benefícios públicos (capital social), foram definidas quatro ZVs na RM de Campinas que espelham distintos graus de vulnerabilidade à pobreza, formando um gradiente entre a mais vulnerável (ZV1) e a menos vulnerável (ZV4).⁷ A Figura 1 mostra a localização destas áreas, sendo possível notar que elas não representam um espaço contínuo dentro do território, muito embora existam maiores concentrações de cada uma em partes específicas da região, como são os casos da ZV1, nas partes oeste e sudoeste, e da ZV4, no “coração” do município de Campinas.

⁶ O plano amostral adotado considerou a estratificação da população segundo zonas de vulnerabilidade (ZVs) e o sorteio das entrevistas foi realizado em dois estágios, sendo o primeiro representado pelos setores censitários correspondentes a cada uma das ZVs e, o segundo, pelos domicílios correspondentes sorteados com base numa lista nominativa realizada a partir de um processo de arrolamento de cada um dos setores censitários selecionados. O nível de confiança adotado foi de 95%.

⁷ A definição das “zonas de vulnerabilidade” parte da concepção teórica de que a situação de vulnerabilidade relaciona-se à capacidade que a população tem de responder a certos riscos enfrentados e decorrentes da existência (ou ausência/escassez) de determinados ativos. Para mais detalhes, ver Cunha et al. (2006a), Cunha (2009) e <www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade/sumario>.

FIGURA 1
Zonas de vulnerabilidade
Região Metropolitana de Campinas – 2007



Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. Nepo/Unicamp – Fapesp/CNPq.

Já o segundo recorte foi proposto a partir das diferentes modalidades de migração observadas na região, com base na última residência (em nível municipal) dos indivíduos⁸ que residiam há menos de dez anos nos municípios onde foram entrevistados.⁹

- imigrante externo de outras UF: no caso de o município de residência anterior não pertencer ao Estado de São Paulo;

⁸ Existem várias formas de captar a migração intermunicipal, entre elas aquela utilizada nesse estudo, baseada no município de residência anterior. Embora essa informação venha sendo menos empregada em função das vantagens oferecidas por tipo de dado, o referente à residência em uma data fixa no passado (RIGOTTI, 2011), considera-se que nesse caso a escolha é justificada plenamente, já que esta última informação (conhecida no jargão demográfico como “data fixa”) tende a subestimar os movimentos migratórios intrametropolitanos, uma vez que esse tipo de deslocamento sabidamente constitui, para muitos indivíduos, um “momento posterior à chegada na metrópole” e, por esse motivo, pode ser “ocultado” quando se observa a residência num momento fixo no passado.

⁹ Quando, por estratégia da análise, as categorias utilizadas não se referirem às especificadas aqui, o texto deixará isso bem claro.

- imigrante externo do Estado de São Paulo: no caso de o município de residência anterior pertencer ao Estado de São Paulo, mas fora da RMC;
- imigrante intrametropolitano: no caso de o município de residência anterior pertencer à RMC. Nesse estudo também é utilizado o termo “mobilidade residencial” proposto por Sobrino (2007) para referir-se ao mesmo fenômeno;
- “não migrante”: corresponde ao indivíduo natural do município em que reside e ao migrante antigo (com mais de dez anos de residência). Nesse caso, utiliza-se propositalmente o termo entre aspas para evidenciar que se trata de uma categoria especial que considera os migrantes mais antigos como parte constitutiva das características gerais da sociedade receptora. Acredita-se que tal categoria faz sentido na medida em que, como será mostrado, a maior parte da população regional é composta por migrantes que chegaram em distintos momentos de sua história e por seus descendentes (efeito indireto).

Vale lembrar que, em função do tamanho da amostra e do menor peso relativo que a imigração intrametropolitana tem no total dos imigrantes, sempre que possível os dados da pesquisa serão confrontados com informações provenientes do Censo 2010, de forma a se ter mais segurança sobre a robustez do dado analisado.

Apesar de, em alguns casos, os dados também serem considerados para toda a população, de maneira geral, a análise será conduzida levando em conta apenas os responsáveis pelos domicílios, de modo que as características dos migrantes não sofram o efeito de seus filhos. Parte-se do suposto que a família é a melhor unidade de análise para o processo migratório (WOOD, 1982; BILAC, 1997) e que parcela significativa desse processo poderia ser apreendida a partir das informações dos responsáveis da família.

Das características que serão analisadas nesse estudo, algumas delas exigem breves considerações para sua melhor compreensão:

- idade média do casal: este indicador foi utilizado como uma *proxy* do ciclo de vida familiar, sendo que as categorias empregadas (até 34 anos; de 35 a 59 anos; e 60 anos e mais) visam captar os momentos de formação, consolidação e fragmentação da família;
- pobreza: o indicador utilizado baseou-se no corte de “linha de pobreza” proposto por Rocha (2003) para a RM de São Paulo. Com base nesse valor criaram-se as categorias “pobre” (abaixo da linha) e “não pobre” (acima da linha);
- necessidades básicas insatisfeitas (NBI): bastante disseminada nos meios acadêmicos (FERES; MANCERO, 2001), essa medida baseia-se, em geral, em atributos sobre as condições domiciliares e o grau de instrução das pessoas. No nosso caso, foram considerados inadequados os domicílios com, pelo menos, uma das seguintes características: mais de três pessoas por cômodo; sem revestimento das paredes internas; sem acesso à rede geral de água; sem acesso à rede geral de esgoto ou fossa; e sem instalação sanitária exclusiva. Juntamente com o indicador de pobreza, esta variável será utilizada para espelhar as condições de vida da população.

A migração na RM de Campinas: importância e composição dos fluxos

A dinâmica de formação e expansão da RM de Campinas, área composta por 19 municípios e com cerca de 2,8 milhões de habitantes em 2010, apresenta estreita semelhança com o que se verificou em outras metrópoles do país, ou seja, deu-se em função de taxas expressivas de crescimento populacional, particularmente nos anos 1970 e 1980. No entanto, deve-se considerar que tal crescimento sofreu significativa redução, sobretudo na década de 2000, embora isso não tenha sido suficiente para que a região deixasse de crescer acima da média estadual (Tabela 1).

TABELA 1
Taxas de crescimento médio anual da população
Brasil, Estado de São Paulo e Região Metropolitana de Campinas – 1970-2010

Localidades	Em porcentagem			
	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Brasil	2,48	1,93	1,63	1,17
Estado de São Paulo	3,49	2,13	1,78	1,09
RM de Campinas	6,49	3,51	2,54	1,81
Município de Campinas	5,86	2,24	1,50	1,09
Demais municípios da RMC	7,22	4,74	3,34	2,29

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970 a 2010.

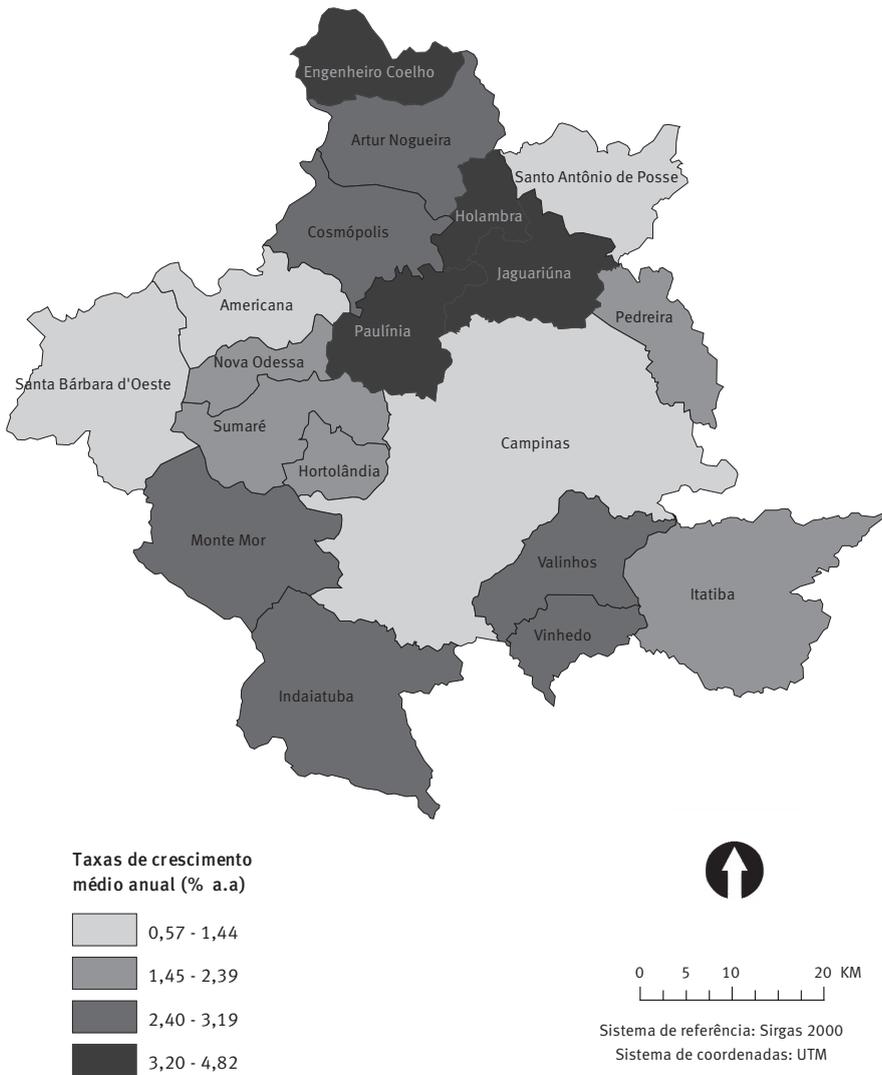
Como mostrado em outro estudo (CUNHA et al., 2006b), do ponto de vista espacial, a partir desse processo de crescimento econômico, assiste-se uma “extensão” da mancha urbana configurada como um clássico processo de periferização, especialmente para as zonas oeste e sudoeste da região, assim como, em função da desconcentração das atividades industriais, observa-se um crescimento de núcleos urbanos de outros municípios que, em alguns casos, como Americana, acabam por formar suas próprias periferias.

Vale notar que, mesmo diante do menor crescimento da região na década de 2000, é evidente que sua expansão territorial e a redistribuição espacial da população ainda foram muito expressivas. Como mostra a Figura 2, nesse período, houve significativo movimento da população em direção à porção norte da RMC, particularmente para Paulínia e Jaguariúna, e ao sul, Indaiatuba e Vinhedo, sendo que áreas periféricas tradicionais, como Sumaré e Hortolândia, arrefeceram seu crescimento.

O que gera curiosidade é a implicação dessas novas tendências sobre o processo de segregação socioespacial da região, uma vez que nas áreas de maior crescimento, por suas características, pode ter havido, ao contrário de décadas passadas, uma expansão da população de média e alta renda.

Com um crescimento demográfico tão intenso nos últimos 30 anos, não é de se estranhar que o componente migratório e seus condicionantes sejam os elementos preponderantes para se entender o processo de expansão e consolidação desta metrópole.

FIGURA 2
Taxas de crescimento médio anual
Municípios da Região Metropolitana de Campinas – 2000/2010



Fonte: Dota (2015).

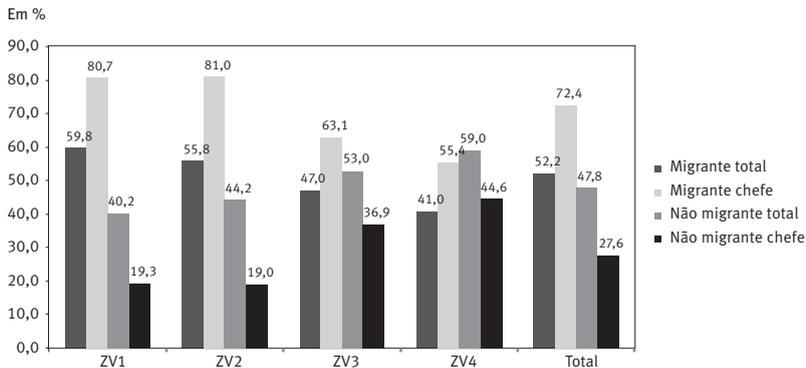
De acordo com os dados da pesquisa domiciliar realizada em 2007, 52,2% da população na RMC não havia nascido nos municípios onde foi entrevistada, proporção que se incrementa ainda mais quando se consideram apenas os responsáveis pelos domicílios: mais de 70% eram migrantes (Gráfico 1). Esta diferenciação da forma de observar os dados é importante, pois, no primeiro valor apresentado, estariam incluídos os filhos destes migrantes que nasceram no lugar de destino, ou seja, o chamado “efeito indireto”. Considerando apenas a migração recente, ou seja, aqueles que chegaram ao município

há menos de dez anos, os percentuais se reduzem para 14,6% e 15,7%, respectivamente, para o total dos migrantes e os responsáveis pelos domicílios.

O Gráfico 1 permite também observar que a importância da migração é ainda maior nas áreas mais vulneráveis da região, sendo que os percentuais de migrantes nas ZVs 1 e 2 são bem superiores à média da região. Ou seja, a migração tem papel central na formação das periferias municipais, em particular naquelas mais pobres.

O peso da migração no crescimento demográfico regional pode ainda ser aferido pelos dados divulgados pela Fundação Seade (2011): na RMC, nos anos 2000, 50,5% do incremento populacional deveu-se à migração, não obstante este percentual ser bem menor do que o observado para a década de 1990 (64,7%).

GRÁFICO 1
População residente, por condição migratória e situação de chefe do domicílio, segundo zonas de vulnerabilidade
Região Metropolitana de Campinas – 2007



Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. Nepo/Unicamp – Fapesp/CNPq.

Observar a migração apenas como componente do crescimento demográfico, apesar de fundamental para se apreender a dinâmica demográfica regional, não é suficiente para entender toda sua importância e consequências sobre o processo de formação e expansão regional. Nesse sentido, conhecer a “natureza” do fenômeno permite tecer algumas hipóteses sobre os condicionantes subjacentes e também melhor conhecer seus impactos sobre a região em termos da redistribuição e segregação socioespacial da população.

Estudos realizados com base nos Censos Demográficos (CUNHA; OLIVEIRA, 2001; CUNHA et al., 2006b) permitiram mostrar pelo menos dois aspectos importantes: a maior relevância da migração interestadual e intraestadual em detrimento da intrametropolitana no total dos migrantes na região; e o incremento, nos anos 1990, da migração proveniente do próprio Estado de São Paulo.

Ambos os aspectos foram corroborados pelos dados da pesquisa domiciliar analisados nesse estudo. De fato, como se observa na Tabela 2, dos migrantes captados e que declararam residência anterior,¹⁰ 19,8% indicaram moradia prévia na mesma região

¹⁰ O percentual de não declaração de município de residência anterior atingiu 10% para o total dos entrevistados.

metropolitana. Em contrapartida, mais de 45% declararam terem vindo de outras regiões do Estado de São Paulo¹¹ e 35% vieram de fora do Estado.

TABELA 2
Distribuição da população imigrante, por tempo de residência no município, segundo condição migratória
Região Metropolitana de Campinas – 2007-2010

Em porcentagem

Condição migratória (1)	Tempo de residência no município – 2007			Censo Demográfico de 2010
	Menos de 10 anos	10 anos e mais	Total	
Imigrante externo de outras UFs	33,1	35,9	35,1	37,6
Imigrante externo do Estado de SP	47,1	44,3	45,1	38,8
Imigrante intrametropolitano	19,8	19,8	19,8	23,5
De origem externa	9,3	7,2	7,8	-
De origem interna	10,5	12,6	12,0	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
N. abs.	862	2.383	3.245	

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. Nepo/Unicamp – Fapesp/CNPq. IBGE. Censo Demográfico de 2010.

(1) No caso do Censo Demográfico, a informação é coletada apenas para migrantes com menos de dez anos de residência. Não inclui sem declaração de residência anterior.

Este caráter diferenciado da migração na RMC associa-se, em boa medida, às dificuldades da população para se estabelecer na sede regional – o município de Campinas –, em função de sua legislação restritiva para a criação de loteamentos populares (CAIADO; PIRES, 2006).¹² A Tabela 2 mostra ainda que, em termos do tempo de residência, as diferenças são pequenas, sendo que os dados do Censo Demográfico de 2010 corroboram o perfil observado em 2007 pela pesquisa domiciliar e mostra que este não se modificou sobremaneira.

A especificidade da migração na RM de Campinas se reflete nos municípios ditos periféricos, que também têm na migração externa um dos principais componentes de seus crescimentos. Tal comportamento difere significativamente do que se observa, por exemplo, na Região Metropolitana de São Paulo (CUNHA, 1998, 2015). No entanto, o que mais chama a atenção é o segundo aspecto, ou seja, o predomínio da origem da migração dentro do próprio Estado, fato que reflete o papel da RMC como uma das principais áreas de “desconcentração” não apenas econômica, mas também demográfica do Estado de São Paulo.¹³

Como demonstrado em outro estudo (CUNHA, 2011), do ponto de vista das características da migração, a predominância dos movimentos populacionais provenientes de fora da região tem algumas implicações no que se refere tanto à trajetória dos migrantes quanto às motivações (individuais) que levaram a tais deslocamentos.

¹¹ Os dados também revelam que destes cerca de 22% apresentam última residência na Região Metropolitana de São Paulo.

¹² Isso certamente também explica a existência, no município-sede, de mais de uma centena de ocupações.

¹³ É importante reiterar a posição expressa anteriormente sobre o relativo e limitado grau desta desconcentração, sobretudo levando em conta que, na atualidade, a configuração de uma nova forma urbana, a chamada Macrometrópole (EMPLASA, 2011, 2012), no nosso entender, fragiliza ainda mais a ideia de uma real desconcentração.

Mas este padrão sofre variações segundo as ZVs (Tabela 3). As zonas mais vulneráveis da região, como as ZV1 e ZV2, são aquelas com maior proporção de migrantes e, portanto, com os menores percentuais de “não migrantes”. Outra questão que chama a atenção é a maior importância da migração com origem em outras Unidades da Federação, especialmente na ZV1. Esse dado indica que as “periferias sociais” da região são as mais procuradas por estes migrantes. Destaca-se ainda, na Tabela 3, que o padrão da migração segundo modalidade nas zonas de vulnerabilidade não sofre grande variação quando são considerados apenas os migrantes recentes.

TABELA 3
Distribuição da população residente, por zonas de vulnerabilidade e tempo de residência no município, segundo condição migratória
Região Metropolitana de Campinas – 2007

Em porcentagem

Condição migratória (1)	Zonas de vulnerabilidade									
	1		2		3		4		Total	
	Tempo de residência									
	Total	Recente	Total	Recente	Total	Recente	Total	Recente	Total	Recente
“Não migrante” (2)	40,2	78,2	44,2	87,9	53,0	86,8	59,0	88,4	47,8	
Imigrante externo de outras UFs	32,0	11,6	20,7	4,0	10,2	3,0	18,3	4,2	18,3	4,8
Imigrante externo do Estado de SP	17,8	6,4	23,2	5,0	27,1	7,9	19,0	7,1	23,5	6,9
Imigrante intrametropolitano	10,0	3,8	11,8	3,0	9,7	2,2	3,7	0,3	10,3	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N. abs.	1.799	379	1.698	207	1.485	200	801	76	5.783	862

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. Nepo/Unicamp – Fapesp/CNPq. IBGE. Censo Demográfico de 2010.

(1) Exclui sem declaração de residência anterior.

(2) A coluna “total” refere-se aos nativos do município; a coluna “recente” refere-se aos nativos somados aos migrantes com mais de dez anos de residência.

Analisando o dado a partir de outra perspectiva, ou seja, quanto à concentração dos migrantes de cada modalidade de migração nas respectivas ZVs, constatou-se que mais de 75% dos migrantes acumulados¹⁴ com origem fora do Estado de São Paulo residiam nas ZVs 1 (16%) e 2 (59%).

Quanto à migração recente, os dados da pesquisa mostram dois fatos interessantes que reforçam o papel das “periferias sociais” no processo migratório regional: o primeiro é que, enquanto a ZV1 representava apenas 9,0% da população total da região, sua parte na distribuição do volume da migração de menos de dez anos era de 23%; e o segundo diz respeito à grande concentração da migração intrametropolitana (ou mobilidade residencial) na ZV2 (zona pobre, mas consolidada), que chegou a quase 60%, enquanto no total da população esta zona representava menos de 52%.

¹⁴ Este termo sugerido por Martine (1980) é, em geral, aceito para se referir aos “lifetime migrants”, ou seja, o total de migrantes independentemente do seu tempo de residência.

Embora com outro recorte espacial (os municípios), Dota (2015) chegou a resultados parecidos utilizando os dados do Censo 2010 e a informação sobre data fixa. Assim, segundo o autor:

[...] no período 1995-2000, Campinas concentrava 41,7% destes migrantes em âmbito regional, seguido por Sumaré (9,6%), Hortolândia (7,8%) e Indaiatuba (7,5%). No período seguinte (2005-2010) se verifica leve redução da concentração exercida pelo município sede da região (36,9%) e, além dos municípios observados no período anterior, que juntos responderam por 24,8% dos imigrantes externos, Americana e Paulínia surgem também como destinos relevantes destes migrantes, atraindo 4,9% do total regional cada um deles. Os seis municípios destacados, portanto, concentraram 71,5% dos migrantes com origem em outras Unidades da Federação. (DOTA, 2015, p. 126)

Vale lembrar que boa parte das áreas classificadas como ZV1 e ZV2 encontra-se nos territórios dos municípios de Campinas (ao sudoeste), Sumaré e Hortolândia. É interessante notar ainda que a importância da migração na formação das periferias regionais também foi destacada em estudo realizado para a Região Metropolitana de São Paulo (TORRES, 2005).

Algumas características demográficas da migração na RMC

Como já mencionado, observar as características sociodemográficas da migração de uma região não apenas lança luzes para o melhor conhecimento e compreensão da redistribuição da população no território, como também, e talvez o mais interessante, permite elaborar proposições sobre os condicionantes e consequências subjacentes ao fenômeno. Certamente, estes dados, mais que elementos descritivos do perfil da migração, são informações que, via de regra, sugerem ou alertam para processos e fatores que estariam por trás destes deslocamentos.

Nesse estudo optou-se por analisar algumas características consideradas chaves para perceber as peculiaridades desses movimentos, sobretudo quando analisados segundo distintas modalidades e locais de residência. São elas: idade, sexo, tipo de arranjo doméstico, idade média do casal e escolaridade.¹⁵

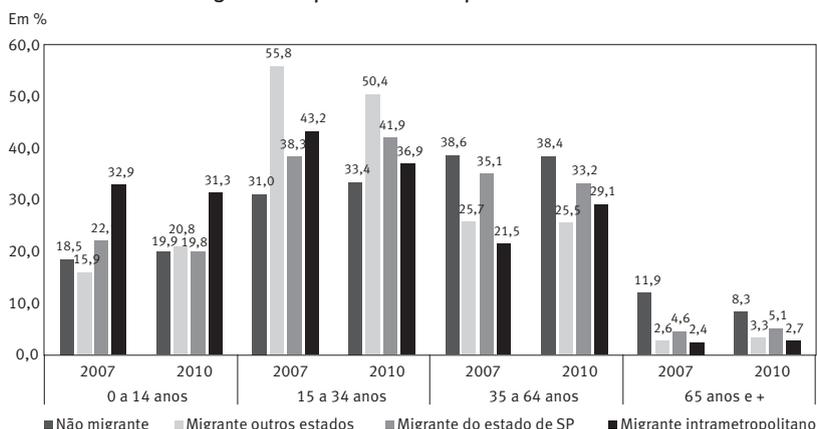
No que se refere à idade,¹⁶ o Gráfico 2 evidencia a seletividade da população migrante pela maior concentração dos indivíduos nas idades adultas, com relação à população “não migrante”, fato normalmente observado e que revela que a migração tende a ocorrer no começo do ciclo vital familiar, envolvendo, portanto, pessoas mais jovens. Chama a atenção também o maior percentual de crianças entre os migrantes intrametropolitanos, fato que, como se mostrará a partir de outras informações, reforça a singularidade desta modalidade de migração, em maior medida motivada por questões habitacionais. Os da-

¹⁵ Por razões de espaço, nem todos os dados produzidos serão apresentados.

¹⁶ A informação mais adequada seria a “idade ao momento da migração”, que não pode ser calculada, uma vez que na pesquisa o tempo de residência (dado que possibilitaria o cálculo) foi coletado de forma agregada. No entanto, tal dificuldade não prejudica a análise, já que a agregação etária aqui utilizada tende a eliminar a distorção provocada pelo tempo de residência.

dos do Censo 2010 no mesmo gráfico reforçam a robustez da amostra, inclusive para os migrantes intrametropolitanos.

GRÁFICO 2
Distribuição dos migrantes de última etapa com menos de dez anos de residência, por modalidade migratória, segundo grupos etários
Região Metropolitana de Campinas – 2007-2010



Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. Nepo/Unicamp – Fapesp/CNPq.

Esta composição etária diferenciada, particularmente no caso da migração intrametropolitana, corrobora os achados de estudos anteriores (CUNHA, 1994, 1998; ANTICO, 2003) que indicavam a predominância, nesse tipo de movimento, de famílias com filhos e em fase inicial de seus ciclos vitais.

Merece ainda atenção a maior incidência de adultos, particularmente aqueles mais envelhecidos, na migração com origem dentro do Estado de São Paulo, fato que se mostra coerente com as tendências de relativa desconcentração¹⁷ demográfica, principalmente a partir da Região Metropolitana de São Paulo em direção às regiões vizinhas, que envolveriam pessoas mais qualificadas ou famílias em ciclos vitais mais avançados. Nesse caso, os movimentos estariam ligados à complementariedade tanto do mercado de trabalho, quanto do mercado de terras que estaria se configurando sob a égide de uma nova formação urbana, a chamada Macrometrópole Paulista (EMPLASA, 2012; CUNHA et al., 2013).

Também foram analisados os dados sobre os tipos de família dos responsáveis pelo domicílio migrantes, segundo modalidades migratórias, que se mostram com pouca variabilidade, embora, no caso da migração intrametropolitana, percebam-se incidência significativamente menor do arranjo “unipessoal” e maior predominância de famílias do tipo monoparental, resultado que indica novamente correspondência com uma das principais motivações dessa migração: a questão habitacional. De fato, pode-se pensar que um indivíduo sozinho, uma família já em fragmentação, ou mesmo arranjos mais complexos, provavelmente, seriam menos pressionados por este problema.

¹⁷ Sobre a questão da desconcentração, ver nota 13.

Esta situação também se reflete na análise dos dados sobre o ciclo vital¹⁸ das famílias migrantes, reforçando a significativa seletividade dos migrantes com relação aos “não migrantes” (Tabela 4). Também os migrantes externos provenientes de outras unidades da federação e os intrametropolitanos apresentam uma idade média do casal bem mais rejuvenescida do que os migrantes com origem no próprio Estado de São Paulo, fato que sugere, uma vez mais, motivações diferenciadas destes últimos para buscarem a região.

TABELA 4
Distribuição dos “não migrantes” e migrantes com tempo de residência menor que dez anos responsáveis pelo domicílio, por idade média do casal, segundo condição migratória
Região Metropolitana de Campinas – 2007

Condição migratória (1)	Idade média do casal (2)				
	Menos de 35 anos	35 a 49 anos	50 anos ou mais	Total	
				%	N. abs.
“Não migrante”	12,4	29,6	58,1	100,0	1.536
Imigrante recente externo de outras UFs	51,0	30,0	18,9	100,0	103
Imigrante recente externo do Estado de SP	34,7	34,1	31,1	100,0	116
Imigrante recente intrametropolitano	40,6	44,4	15,0	100,0	39
Total	16,1	30,2	53,7	100,0	1.794

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. Nepo/Unicamp – Fapesp/CNPq.

(1) Para família uniparental, considera-se apenas a idade do responsável.

(2) Exclui sem declaração de residência anterior.

Assim, as análises até aqui realizadas mostram significativa diversidade de perfil nos movimentos migratórios observados na RMC, não apenas em relação à população “não migrante”, mas também segundo sua origem, o que sugere a existência de distintos condicionantes e motivações para tais deslocamentos. Esta questão é o que se busca mostrar a seguir.

Motivações e características socioeconômicas

Um elemento que permite conhecer um pouco mais sobre as especificidades da migração na RMC diz respeito às “motivações” ligadas a estes deslocamentos. Para a RM de Campinas, um dos principais motivos declarados pelos responsáveis por domicílios para deixarem seus municípios de residência anterior foi o trabalho. Tal comportamento mostra a importância que a localização das atividades econômicas tem sobre a mobilidade residencial na RMC. Para isso também concorrem outras características da região, tais como: existência de alguns subcentros importantes, como é o caso de Americana; municípios com grande potencial de geração de emprego, como Paulínia (com a refinaria e seus efeitos multiplicadores); a situação de Indaiatuba – beneficiária da localização industrial; e até mesmo

¹⁸ Utiliza-se a “idade média do casal” como uma *proxy* do ciclo vital, muito embora se reconheçam não apenas as controvérsias teóricas que circundam este conceito (ver, por exemplo, OLIVEIRA, 1980; HÖHN, 1990; BILAC, 1991), como também a necessidade de se considerar pelo menos a idade dos filhos para melhor se apreender o “momento” por que passam as famílias.

aqueles municípios caracteristicamente dormitórios, como Hortolândia e Sumaré, que, por suas localizações, concentram progressivamente parte da atividade produtiva regional.

No entanto, é possível perceber que, no caso da migração intrametropolitana, outro motivo aparece com mais frequência: a questão habitacional ou moradia.¹⁹ De fato, enquanto cerca de 19% do total de responsáveis pelo domicílio que eram migrantes intrametropolitanos acumulados (ou seja, independentemente do tempo de residência) responderam ter tido como motivação para a migração a questão habitacional, este valor era sensivelmente menor entre os migrantes com origem fora do Estado de São Paulo (5,5%) ou dentro do Estado (6,5%). Resultado semelhante também pode ser observado para os migrantes recentes, muito embora o motivo “acompanhar família” seja o que diferencia mais os tipos de migração. Tais resultados confirmam que a migração intrametropolitana também é diferenciada em termos de suas motivações.

Com relação aos condicionantes dos movimentos migratórios observados na RMC e os possíveis diferenciais entre modalidades, a Tabela 5 mostra que os migrantes intrametropolitanos realizam com maior intensidade a mobilidade pendular, ou seja, trabalham em municípios distintos de onde residem, o que indica que boa parte dessa migração não tenha sido motivada pela questão laboral. Também chama a atenção o menor percentual dos migrantes com origem dentro da RMC na condição de “não trabalha”, categoria que, considerando-se que os dados referem-se aos responsáveis pelo domicílio, muito provavelmente corresponderia a pessoas aposentadas e, portanto, numa etapa mais avançada de seu curso de vida.²⁰

TABELA 5
Distribuição dos responsáveis pelo domicílio com menos de dez anos de residência, por condição de pendularidade do trabalho, segundo condição migratória
Região Metropolitana de Campinas – 2007-2010

Condição migratória	Condição de pendularidade do trabalho						Em porcentagem	
					Não trabalha		%	N. abs.
	Pendular		Não pendular		2007	2010		
	2007	2010	2007	2010				
Imigrante externo de outras UFs	14,4	17,7	70,5	62,0	15,2	20,4	100,0	102
Imigrante externo do Estado de SP	15,4	21,2	58,2	54,3	26,5	24,4	100,0	116
Migrante intrametropolitano	31,8	42,1	52,0	39,2	16,2	18,8	100,0	39
Total	17,7	24,3	60,5	53,3	21,9	22,5	100,0	262

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. Nepo/Uicamp – Fapesp/CNPq. IBGE. Censo Demográfico de 2010.
(1) Exclui sem declaração de residência anterior.

¹⁹ As possibilidades englobadas nessa categoria são: a falta ou condições inadequadas de moradia e o valor do aluguel. Por outro lado, é interessante notar que os motivos para a escolha do município de residência atual (também levantados na pesquisa) são um tanto distintos, mas associados aos anteriores: preços de imóveis (casa ou terreno) ou aluguéis mais baratos.

²⁰ Destaca-se que os valores observados na pesquisa domiciliar de 2007 são muito parecidos àqueles obtidos pelo Censo Demográfico, o que revela a robustez da primeira fonte.

Assim, embora os dados não deixem dúvidas de que uma das grandes motivações para a migração na RMC diz respeito à questão do trabalho, no caso da migração intrametropolitana a situação habitacional também se mostra significativa, resultado que, ao menos como tendência, se encontra em consonância com achados para outras RMs (CUNHA, 1994; MATOS, 1994; ANTICO, 2003; JAKOB, 2003; CAIADO, 2006).

E o que dizer das características socioeconômicas e suas especificidades segundo a condição migratória? Neste caso, saltam aos olhos as diferenças existentes entre as modalidades migratórias, particularmente no que se refere à escolaridade dos migrantes. Segundo os dados da pesquisa domiciliar, os maiores percentuais são observados para aqueles de baixa instrução, embora seja fato que, em média, mais de 40% destes indivíduos tenham declarado um nível acima do ensino médio. O perfil traçado pela pesquisa domiciliar é corroborado pelos dados do Censo de 2010, como mostra a Tabela 6.

No entanto, estes mesmos dados apresentam diferenças significativas, primeiro, na comparação entre “não migrantes” e migrantes e, depois, entre as distintas modalidades, mostrando que o grupo com menor escolaridade é aquele cuja origem está fora do Estado de São Paulo.

Interessante notar também que, ao contrário do que o senso comum poderia sugerir, os migrantes possuem, de maneira geral, melhor escolarização do que os “não migrantes”, o que muito provavelmente seja explicado pelo fato desta última categoria abrigar coortes mais envelhecidas que a seletiva migração recente.²¹

TABELA 6
Distribuição dos responsáveis pelo domicílio, por nível de escolaridade, segundo condição migratória
Região Metropolitana de Campinas – 2007-2010

Em porcentagem

Condição migratória	Nível de escolaridade								Total	N. abs. (1)
	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo			
	2007	2010	2007	2010	2007	2010	2007	2010		
“Não migrante”	53,3	42,7	16,9	16,6	21,8	26,4	7,9	14,3	100,0	1.521
Imigrante externo de outras UFs	40,3	38,6	28,0	17,9	20,9	27,0	10,8	16,6	100,0	103
Imigrante externo do Estado de SP	40,6	25,9	13,3	14,4	31,4	33,6	14,7	26,0	100,0	116
Imigrante intrametropolitano	35,7	29,1	23,5	14,7	28,5	35,7	12,3	20,6	100,0	39
Total	51,5	40,7	17,3	16,5	22,6	27,3	8,6	15,5	100,0	1.779

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. Nepo/Unicamp – Fapesp/CNPq. IBGE. Censo Demográfico de 2010.

(1) Refere-se à amostra da pesquisa domiciliar de 2007.

²¹ Particularmente no caso da escolaridade, o chamado “efeito composição” tende a ser importante quando se trata da variável idade. O ideal nesse caso seria realizar um exercício de padronização, contudo, basta considerar a distribuição etária dos dois grupos (migrante e “não migrantes” ver Gráfico 2) para concluir que tal consideração é consistente.

No caso dos migrantes intrametropolitanos e daqueles com residência anterior em outra região do Estado de São Paulo, mesmo sendo em sua maioria pessoas com baixa escolaridade, já se observa maior participação de população mais escolarizada, particularmente com nível superior completo. Os dados do Censo Demográfico reforçam este resultado que se encontra em consonância não apenas com as características da RMC de polo educacional e tecnológico, mas também com a complementaridade existente com a RM de São Paulo, que acaba gerando fluxos de migrantes de mais alta qualificação.

É interessante notar ainda a clara diferenciação do grau de mobilidade dos residentes na RMC, segundo o nível educacional. Como se percebe no Gráfico 3, quanto maior o nível de escolaridade menor é a mobilidade intermunicipal. Este resultado não causa surpresa, uma vez que a solução, via migração, de dois dos principais problemas dos indivíduos (trabalho e habitação) seria mais difícil para os grupos sociais da base da pirâmide.

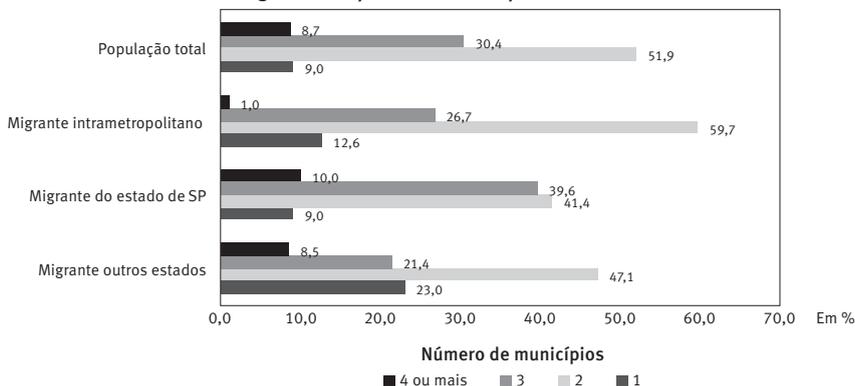
Os dados da pesquisa domiciliar permitem aprofundar ainda mais a análise sobre as possibilidades de mobilidade espacial dos indivíduos, ao levantar informações sobre os deslocamentos intramunicipais, ou seja, aqueles que se dão dentro do próprio município de residência. Nesse caso, observa-se uma situação um tanto distinta da anterior, uma vez que são as categorias extremas de escolaridade (no caso, fundamental incompleto e superior completo) as que registram as menores intensidades desse tipo de mobilidade: enquanto menos de 30% destes dois grupos apresentaram mais de duas mudanças, os responsáveis pelo domicílio com instrução intermediária registravam percentuais superiores (51% para os responsáveis com nível médio incompleto e 47% para os com superior incompleto). Se observado à luz das distintas facetas do processo de periferização na região, tal resultado sugere que, tanto para os mais escolarizados (os mais ricos) quanto para aqueles com menor nível de instrução (os mais pobres), o “caminho para a periferia” tende a ter um caráter mais definitivo, fato que se reforça ao observar que são estes os que, em maior medida, apresentam a condição de proprietários de seus imóveis.²²

Do ponto de vista das condições de vida, as diferenças encontradas entre migrantes e “não migrantes” não aparentam ser grandes. A partir da Tabela 7, observa-se que as discrepâncias são muito mais notadas em termos do indicador de pobreza do que no caso das necessidades básicas insatisfeitas (NBI); de fato, neste último, o resultado reflete, em muitos sentidos, a capilaridade e abrangência dos serviços públicos oferecidos na região.²³

²² Os dados da pesquisa mostram os seguintes percentuais para os migrantes com menos de dez anos de residência: 55% e 49% para as duas categorias extremas, respectivamente, contra 37% e 31% para aqueles com médio incompleto e superior incompleto; resultado semelhante também se observa para o total dos responsáveis pelos domicílios da RMC.

²³ Obviamente que esta característica da RMC, demonstrada, por exemplo, no Sumário de Dados realizado com base na pesquisa domiciliar (www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade), não implica que a qualidade destes serviços seja homogênea, como mostram os estudos de Cunha et al. (2009) e Azevedo (2014).

GRÁFICO 3
Distribuição dos migrantes recentes, por condição migratória, segundo número de município onde morou antes de chegar à região
Região Metropolitana de Campinas – 2007



Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. Nepo/Unicamp – Fapesp/CNPq.

Percebe-se maior concentração de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza entre os migrantes em comparação com os “não migrantes”, com alguma superioridade dos migrantes provenientes do Estado de São Paulo, resultado que reforça um achado já enfatizado neste estudo, que sugere que estes (muitos da RM de São Paulo) em boa medida representariam um grupo diferenciado em termos socioeconômicos, em particular visando as oportunidades regionais nas atividades ligadas ao “trabalho novo”.²⁴

TABELA 7
Distribuição dos responsáveis pelo domicílio, por condições habitacionais e de pobreza, segundo condição migratória
Região Metropolitana de Campinas – 2007

Condição migratória (1)	Condições habitacionais		Em porcentagem					
	Domicílios satisfeitos	Domicílios com NBI	Total		Condição de pobreza		Total	
			%	N. abs.	Não pobre	Pobre		
“Não migrante”	85,7	14,3	100,0	1.536	77,1	22,9	100,0	1.123
Imigrante externo de outras UFs	82,9	17,1	100,0	103	65,6	34,4	100,0	69
Imigrante externo do Estado de SP	81,6	18,4	100,0	116	72,7	27,3	100,0	83
Imigrante intrametropolitano	82,4	17,6	100,0	39	57,0	43,0	100,0	33
Total	85,2	14,8	100,0	1.794	75,9	24,1	100,0	1.308

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. Nepo/Unicamp – Fapesp/CNPq.

(1) Exclui sem declaração de residência anterior.

²⁴ Trata-se de um conceito utilizado por Jane Jacobs (1969) que, há muitas décadas, já chamava a atenção para o papel das inovações na geração de novos tipos de trabalho. Sua hipótese é a de que as atividades econômicas tenderiam a se desenvolver mais em locais com atividades mais diversificadas.

Com relação à importância da experiência prévia na região sobre as condições de vida – uma das hipóteses deste estudo – existe pelo menos um dado que mostra uma situação que se aproxima do que se esperaria encontrar: os diferenciais existentes entre as modalidades de migrantes no que poderia ser chamado de “segurança habitacional”, no caso, representada pela posse do domicílio (NEVES; CUNHA, 2010). Os dados da pesquisa domiciliar mostram que mais de 60% dos responsáveis pelos domicílios e migrantes intrametropolitanos declararam ser proprietários de sua residência,²⁵ contra um percentual de pouco mais de 40% para os migrantes com outras origens.

Nessa mesma dimensão, outra informação proveniente da pesquisa ajuda a perceber a situação diferenciada dos migrantes intrametropolitanos: são eles os que menos modificam sua condição de ocupação dos domicílios com a migração. No caso da chegada ao município onde foram entrevistados, enquanto apenas 31,6% dos migrantes externos mantiveram a situação de proprietários, para aqueles cuja origem era um município da RMC este percentual sobe para cerca de 55%.

Embora os dados mais agregados sobre a situação socioeconômica dos migrantes não permitam estabelecer grandes diferenças entre eles, outros elementos, como o acesso à casa própria, mostram que parece haver certa vantagem para os intrametropolitanos. Na verdade, tal “vantagem” se coaduna com a maior relevância da motivação habitacional para este tipo de migração, que, ao fim e ao cabo, é um dos maiores problemas a ser enfrentado para quem deseja ter acesso às oportunidades econômicas e sociais oferecidas pela região.

Considerações finais

Uma das lições que podemos retirar desse estudo é que, embora do ponto de vista da morfologia os processos de expansão das regiões metropolitanas ou grandes aglomerações urbanas do Brasil apresentem características similares, aparentemente o mesmo não se pode dizer sobre os processos migratórios subjacentes e, sobretudo, sobre suas causas e consequências. Mesmo considerando que fenômenos como a expansão de sua mancha urbana, caracterizada por uma tendência centrífuga, o surgimento e a consolidação de periferias “tradicionais” e “novas periferias” e a consequente redistribuição e segregação socioespacial da população estejam presentes em todas estas áreas, ao que tudo indica, não é possível se pensar que os processos migratórios e sociais envolvidos sejam similares.

O caso da RM de Campinas contrasta com o que se conhecia sobre a Região Metropolitana de São Paulo em certos sentidos, mais especialmente com relação à composição da migração dos seus municípios em termos das origens, características e motivações dos migrantes.

Como foi enfatizado nesse estudo, está claro que os fatores condicionantes da migração para estas áreas certamente poderiam ajudar a explicar tais diferenças. Particularmente

²⁵ Nessa categoria encontram-se os que se declaram donos da “construção e do terreno” e “apenas da construção”, envolvendo, portanto, possíveis situações de ocupação.

no caso da RM de Campinas, sua condição estratégica de principal polo de atração (e tecnológico) do interior do Estado, por um lado, e os elementos ligados à legislação (zonamento) e ao seu mercado imobiliário, por outro, poderiam ajudar a compreender suas especificidades.

Em relação ao papel da migração para a formação e crescimento de algumas áreas da RMC, este estudo mostrou que, assim como em outras regiões do país, a periferia mais pobre da RMC é fortemente composta por migrantes provenientes de fora do Estado de São Paulo. Tal resultado mostra-se preocupante na medida em que boa parte deles apresenta carências e requer, portanto, atenção especial.

Para além de descrever as principais tendências (volumes e direções) e padrões socioespaciais da migração na Região Metropolitana de Campinas e suas especificidades, boa parte das análises realizadas foi direcionada a mostrar como as características dessa migração poderiam ser interpretadas como respostas aos incentivos ou constrangimentos existentes na região para a mobilidade espacial. Assim, seja do ponto de vista estritamente demográfico, como no caso da idade e ciclo vital familiar, seja em termos socioeconômicos, como educação e condições de vida, os resultados sugerem a existência de grande coerência entre o que se esperaria observar para uma migração (em suas duas dimensões quanti e qualitativas) condicionada não apenas pelo fator econômico e o posicionamento da RMC no cenário nacional e estadual – e particularmente pelas características e desenvolvimento de sua estrutura produtiva –, mas também pelo processo de produção do espaço habitado que na região alia, como mostrado, a continuidade da indesejada “periferização social” com a expansão cada vez mais intensa de uma grande periferia elitizada.

Nesse sentido, acredita-se ter ficado claro que a análise da migração segundo modalidades revela com muito mais nitidez as distintas facetas das motivações (e condicionantes) e das consequências da migração na região. Da mesma forma, este tipo de lente colocada sobre dados também permite que se compreenda melhor o processo de expansão e diferenciação socioespacial regional. No caso da RMC, por exemplo, enquanto a migração intrametropolitana e aquela com origem no Estado de São Paulo (principalmente na RM de São Paulo) contribuem para justificar o surgimento de “novas periferias”, a migração de fora do Estado tenderia a continuar reforçando o crescimento da “periferia tradicional”.

Além das peculiaridades da migração intrametropolitana em termos de suas características e motivações, na qual as famílias mais “jovens” e as questões habitacionais ganham destaque, os dados aqui analisados fazem também refletir sobre o impacto da “experiência prévia” na metrópole sobre a vida dos indivíduos e famílias: assim, tal experiência, se não é capaz de dirimir todos os problemas sociais, parece ter certo impacto, particularmente, no que se refere à questão habitacional no sentido do seu melhor equacionamento.

Conforme visto, mesmo apresentando condições sociais mais baixas, principalmente em relação aos “não migrantes” e migrantes com origem em outras áreas do Estado de São Paulo, os migrantes intrametropolitanos apresentavam melhores condições habitacionais, especialmente no que se refere a uma das suas principais dimensões, ou seja, a posse

do domicílio. Cumpre, portanto, investigar melhor os mecanismos que levam a isso (em particular aqueles ligados à informação acumulada, ao papel das redes sociais, ao acesso a políticas públicas, etc.) e, claro, as implicações em termos do grau de vulnerabilidade social dos migrantes.

Este texto levanta vários elementos e abre caminhos para melhor compreender a complexidade da mobilidade espacial da população observada numa região de tantas alternativas, como é o caso da RM de Campinas. Dentro das possibilidades e alcance dos dados, ao explorar as motivações e até mesmo algumas consequências do fenômeno, acredita-se que o estudo pode colaborar para melhor direcionar a proposição de políticas públicas e o planejamento regional e, com isso, contribuir para a tão desejada redução das persistentes desigualdades socioespaciais em nossas grandes aglomerações urbanas.

Referências

ANTICO, C. **Onde morar e onde trabalhar**: deslocamentos pendulares na RMSP. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2003.

AZEVEDO, S. J. S. **Segregação e oportunidades de acesso aos serviços básicos de saúde em Campinas**: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intra-urbano. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2014 (Textos Nepo, n. 65).

BAENINGER, R. A. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2012.

_____. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: RANDOLPH, R.; SOUTHERM, B. C. (Org.). **Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina**. São Paulo: Max Limonad, 2011. p. 46-70.

BILAC, E. D. Arranjos domésticos e condição migratória. In: PATARRA, N. et al. (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980 – 1993**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1997.

_____. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. **Ciências Sociais Hoje, Anuário de Antropologia, Política e Sociologia, 1991**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1991.

BONDUKI, N. J.; ROLNIK, R. Periferias: a ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. **Cadernos de Estudos e Pesquisa, São Paulo, n. 2, 1979**.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, P. (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CAIADO, M. C. **Estruturação intra-urbana e respostas sociodemográficas**: a diferenciação socioespacial da população na região do Distrito Federal e entorno. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006 (Textos Nepo, n. 50).

_____. **Distribuição espacial da população e estruturação do espaço urbano**. Campinas: IFCH/Nepo/Unicamp, 2002. Mimeografado.

CAIADO, M. C.; PIRES, M. C. S. Campinas metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006. p. 275-304.

CHAMPION, A. Population distribution in developed countries: has counter-urbanization stopped? In: UNITED NATIONS. **Population distribution and migration**. New York, 1998. p. 66-83

COSTA, H. et al. **Novas periferias metropolitanas** – A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

COURGEAU, D.; LELIÈVE, E. Individual and social motivations for migration. In: CASELLI, G.; VALLIN, J.; WUNSCH, W. **Demography: analysis and synthesis**. Elsevier, 2006.

CUNHA, J. M. P. da. Dinâmica demográfica e migratória 1991-2010: realidades e mitos. In: MARQUES, E. (Org.). **A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades**. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p.107-146.

_____. Movilidad espacial, vulnerabilidad y segregación socioespacial: reflexiones a partir del estudio de la Región Metropolitana de Campinas, 2007. **Notas de Población**, Santiago do Chile, año XXXVIII, n 93, p. 169-209, 2011.

_____. (Org.). **Sumário de dados** – pesquisa domiciliar da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2009. Disponível em <www.nepo.unicamp.br/vulnerabilidade>.

_____. **Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina**. Santiago do Chile: Cepal, 2002 (Serie Población y Desarrollo, n. 30).

_____. New trends in urban settlement and the role of intraurban migration: the case of São Paulo/Brazil. In: UNFPA – United Nations Population Fund (Org.). **Migration, urbanization, and development: new directions and issues**. New York: UNFPA, 1998.

_____. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. 283f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1994.

CUNHA, J. M. P. da. et al. A mobilidade pendular na macrometrópole paulista: diferenciação e complementariedade socioespacial. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 433-459, jul./dez. 2013.

_____. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. da. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. 1. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006a. p.143-168.

_____. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. da. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. 1. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006b. p. 337-363.

CUNHA, J. M. P. da; JIMENEZ, M. A. Segregação e acúmulo de carências: localização de pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas, In: CUNHA, J. M. P. da. (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. 1. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006. p. 365-398.

CUNHA, J. M. P. da; OLIVEIRA, A. A. B. População e espaço intra-urbano em Campinas. In: HOGAN, D. J; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. da; CARMO, R. L. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2001. p. 351-393.

CUNHA, T. A. **Conte comigo, a migração abrindo portas: migração interna, redes de suporte e vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Campinas**. Tese (Doutorado em Demografia). –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2014 .

CUNHA, T. A.; CUNHA, J. M. P. da; JAKOB, A. A. E. Dinâmica intraurbana e redes sociais na Baixada Santista. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, n. 1, p. 07-33, 2013.

DAVIDOVICH, F. A “volta da metrópole” no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **Metrópoles entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo/Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

DOTA, E. M. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas**: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. 221 fl. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2015.

EMPLASA. **Rede urbana e regionalização do estado de São Paulo**. São Paulo: Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, 2011.

_____. **Macrometrópole paulista**. São Paulo: Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

FERES, J. C.; MANCERO, X. **El método de las necesidades básicas insatisfechas y sus aplicaciones em America Latina**. Santiago de Chile: Cepal/Eclac, 2001 (Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos, n. 7).

FREY, W. H. Metropolitan America in the new century. **Urban Land**, v. 65, n. 6, p.99-107, June 2006.

_____. Migration and metropolitan decline in developed countries: a comparative study. **Population and Development Review**, v. 14, n. 4, Dec. 1988.

FUGUITT, G. V. The nonmetropolitan population turnaround. **Ann. Rev. Social**, v. 11, p. 259-280, 1985.

FUNDAÇÃO SEADE. Tendências recentes da migração nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo. **SP Demográfico**, São Paulo, Ano 11, n. 3, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/spdemog/index.php?tip=abr11>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço**. São Paulo: Edusp, 1993.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

HÖHN, C. The family life cycle: needed extensions of the concept. In: BONGAARTS, J.; BURCH, T.; WACHTER, K. **Family demography: methods and their application**. New York: Clarendon Press-Oxford, 1990.

JACOBS, J. **The economy of cities**. New York: Vintage Books, 1969.

JAKOB, A. A. E.; CUNHA, J. M. P. da; YOUNG, A. F. Riqueza à beira-mar, pobreza longe de maresia: um retrato da segregação social na Região Metropolitana da Baixada Santista, nos anos 1990. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. 1. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2006. p. 435-455.

JAKOB, A. A. E. Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2003.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGO, L. C. **Estruturação urbana e mobilidade espacial**: uma análise das desigualdades socioespaciais na Metrópole do Rio de Janeiro, 254f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2000.

LATTES, A. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population

deconcentration? In: UNITED NATIONS. **Population distribution and migration**. New York, 1998. p. 117-36.

LENCIONI, S. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. **E-metropolis**, ano 6, n.22, p. 6-15, set. 2015.

MARICATO, E. R. M. **Metrópole na periferia do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARQUES, E. C. L.; TORRES, H. Introdução. In: MARQUES, E. C. L.; TORRES, H. (Org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac-SP, 2005.

MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna – textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

MASSEY D. S.; DENTON, N. A. The dimensions of residential segregation. **Social Forces**, v. 67, n. 2, p. 281-315, Dec. 1988.

NAKANO, A. K. **Elementos demográficos sobre a densidade urbana: São Paulo, uma cidade oca?** 324f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

NEPO/NESUR/UNICAMP. **Campinas metropolitana: diversidades sócio-espaciais**. Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=313&nivel=0>. Acesso em: maio 2012.

OLIVEIRA, M. C. A. Algumas notas sobre o ciclo vital como perspectiva de análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, 1980. **Anais...** Belo Horizonte: Abep, 1980.

RIBEIRO, L. C. Q. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumos? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 45, p. 167-182, 1996.

RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. C. Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão. **Observatório das Metrôpoles**. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/download/reestruturacao_cidades.pdf>. Acesso em: out. 2014.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. C. G. **Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, M. Mudanças na segregação espacial em Campinas e influência sobre as redes sociais de pobres urbanos. 119f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

RODRIGUEZ, J.; BUSSO, G. **Migración interna y desarrollo en América Latina entre 1980 y 2005: un estudio comparativo con perspectiva regional basado en siete países**. Santiago do Chile: Cepal, 2009.

SABAGH, G.; VAN ARSDOL JR., M. D.; BUTLER, E. W. Some determinants of intrametropolitan residential mobility: conceptual considerations. **Social Forces**, v. 48, n. 1, p. 88-98, 1969.

SANTOS, M. A. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005.

SILVA, E. T. S. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrôpoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SIMMONS, J. W. Changing residence in the city: a review of intraurban mobility. *The Geographical Review*, n. 58, 1968.

SOBREIRA, D. P.; CUNHA, J. M. P. da. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XII. *Anais...* Belém, Pará, 2007.

SOBRINO, J. Patrones de dispersión intrametropolitana en México. *Estudios Demográficos y Urbanos*, v. 22, n.3, p.583-617, 2007.

TORRES, H. A fronteira paulistana. In: MARQUES, E.; TORRES, H. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2005.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WOOD, C. Equilibrium and historical perspectives on migration. *International Migration Review*, v.16, n. 2, 1982.

Sobre o autor

José Marcos Pinto da Cunha é demógrafo, professor associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Departamento de Demografia, e pesquisador do Núcleo de Estudos de População, ambos da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Pesquisador principal do Centro de Estudos da Metrópole/Cebrap.

Endereço para correspondência

Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp
Caixa Postal, 6166
13083-970 – Campinas-SP, Brasil

Abstract

Urban agglomerations and demographic mobility: the case of the metropolitan region of Campinas, Brazil

This paper analyzes the complexities of migratory dynamics in a large urban agglomeration. This complexity can be seen both in the variety of movements and in the individual and collective characteristics of the migrants themselves, as well as in the structural elements that affect them. Using data from a household survey in the metropolitan area of Campinas (MRC) taken in 2007 and from the 2010 Demographic Census, it is examined several dimensions of residential mobility in the MRC, especially in terms of the characteristics and motivations of the actors involved. Despite the reduction of external migration into the region, a significant potential of internal population redistribution, stemming from the mobility of people within the MRC, is registered. Moreover, contrary to other metropolitan areas, notable migration from outside the region still flows directly into the periphery within the MRC. Analysis of the demographic and socioeconomic characteristics of movers (and non-movers) suggests coherence between what would be expected to observe for a migration conditioned by economic factors and by the position occupied by the RMC in the national and São Paulo state scenarios, as well as by the region's process of production of space. The selectivity of migrants, in general, and of intrametropolitan migrants,

in particular, suggests different motivations according to which housing issue are a significant, though not dominant, issue. The study also shows that, contrary to what was observed in the past, the metropolitan periphery has been diversifying and incorporating more high-income individuals and families.

Keywords: Internal migration. Intrametropolitan migration. Residential mobility. Motivation for migration. Metropolitan Area of Campinas-Brazil.

Resumen

Aglomeraciones urbanas y movilidad demográfica: el caso de la región metropolitana de Campinas

Este artículo analiza las complejidades de las dinámicas migratorias en una gran aglomeración urbana. La complejidad se observa tanto en la variedad de movimientos y en las características individuales y colectivas de los migrantes como en los elementos estructurales que los afectan. Utilizando datos provenientes de una encuesta de hogares realizado en 2007 en la región metropolitana de Campinas (RMC) y de los Censos Demográficos, se examina varias dimensiones de la movilidad residencial en la RMC, particularmente en lo que se refiere a las características y motivaciones de los diferentes actores. Se observa también que, al contrario de lo que ocurre en otras regiones metropolitanas, la periferia de RMC sigue recibiendo flujos migratorios importantes de afuera de la región. El análisis de las características socioeconómicas y demográficas de los migrantes y no-migrantes sugiere una coherencia entre padrones migratorios, la posición ocupada por la RMC en el escenario nacional y del estado de São Paulo, y también del proceso de producción del espacio en la región. La selectividad de migrantes, incluso de los migrantes intrametropolitanos, sugiere la existencia de motivaciones diversas, entre las cuales la vivienda se constituye en elemento importante, aunque no dominante. El estudio también muestra que, al contrario de lo observado en el pasado, la periferia metropolitana está se diversificando y recibiendo un número mayor de familias y clases más abastadas.

Palabras Clave: Migraciones internas. Migraciones intrametropolitanas. Mobilidad residencial. Motivaciones para la migración. Área metropolitana de Campinas. Brasil.

Recebido para publicação em 31/08/2015

Recomendado para publicação em 26/12/2015

Aceito para publicação em 30/03/2016

